



Sintsef-CE garante judicialmente que servidores da Funasa voltem a exercer trabalho remoto



A assessoria jurídica do Sintsef-CE entrou, no dia 9 de março, com uma ação contra a Funasa, solicitando com urgência que os servidores da Fundação, que não exercem atividades consideradas essenciais, retornassem ao trabalho remoto durante o decreto de isolamento social no Estado do Ceará.

O pedido é decorrente da portaria editada pela Funasa (Portaria 6125), em 29 de dezembro de 2020, que disciplinou a retomada das atividades presenciais e estabeleceu critérios para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial dos servidores e empregados públicos no âmbito da Fundação Nacional de Saúde.

Como resposta ao pedido de tutela de urgência, obtivemos, no último dia 11 de março, o DEFERIMENTO da solicitação, no qual o juiz determinou à FUNASA que seja adotado o trabalho remoto para os seus servidores/empregados lotados nesta Capital, que exerçam funções meramente administrativas e não essenciais, enquanto perdurar o Decreto nº 33.965/2021, inclusive se ele for prorrogado.

Brasil, epicentro da pandemia, pede solidariedade internacional

As crises sanitária, social e política em curso no Brasil estão diretamente associadas à ausência de coordenação e de real interesse do governo federal no combate à pandemia, ao negacionismo em relação à ciência reiteradamente demonstrado pelo presidente da República Jair Bolsonaro e seu entorno ministerial, e à postura beligerante que ele tem adotado em relação aos consensos multilaterais e científicos no trato da Covid-19.

Tudo isso transforma o país em epicentro mundial da pandemia e uma ameaça a seu próprio povo. Além disso, a aceleração sem paralelo das contaminações e mortes, agora com novas e fortíssimas cepas da Covid-19, que atinge e mata também a população jovem, torna o Brasil uma ameaça global à saúde.

Por essas razões, nós da Internacional de Serviços Públicos (ISP), um sindicato global que representa entidades sindicais de 154 países e 30 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, reiteramos o apelo para que a comunidade internacional e seus organismos multilaterais de representação ampliem a pressão sobre o governo brasileiro para que este adote medidas de proteção à vida recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por outras entidades representativas das variadas áreas de pesquisa científica e médica.

O desprezo do governo federal pelo combate à pandemia, além de manifestações explícitas do presidente contra o uso de máscaras de proteção e políticas de isolamento social, fica ainda mais explícito em seu discurso contra a vacinação, que culminou na quase total inação em relação à fabricação, aquisição e distribuição de imunizantes. A vacinação se dá, neste momento, de forma extremamente lenta e descoordenada. O governo e o Ministério da Saúde chegaram a rejeitar oportunidades anteriores de encomenda de vacinas, que poderiam ser feitas com antecedência, apesar dos alertas dados não apenas pela comunidade científica e médica, mas também pelo movimento sindical e movimentos sociais brasileiros.

Artigo completo no site
<https://publicservices.international/>